



ConBRepro

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

I CIGELUBRA

Congresso Internacional de Gestão e Engenharia Luso-Brasileiro

04 a 06 de dezembro de 2024

Energias Limpas nas Engenharias

Alfabetização Financeira: uma análise de famílias de baixa renda por meio de grupo focal

Julia Coan Bez Batti

Departamento de Ciências da Administração - UFSC

Roberta Zanelato Soares

Departamento de Ciências da Administração - UFSC

Luana Cabral de Oliveira

Departamento de Ciências Econômicas – UFSC

Alexandre Gomes de Oliveira

Departamento de Ciências Econômicas - UFSC

Ani Caroline Grigion Potrich

Departamento de Ciências da Administração - UFSC

Resumo: O presente trabalho buscou analisar a realidade de indivíduos de baixa renda em relação à alfabetização financeira. Foram trabalhados construtos de conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro atrelados ao público de baixa renda. A parte prática do estudo realizou-se através de grupo focal com onze entrevistados maiores de dezoito anos, pertencentes às classes C, D ou E com renda familiar bruta de até R\$ 3.085,00. Os depoimentos coletados demonstraram que o nível de conhecimento financeiro dos indivíduos é baixo, que sua atitude com relação ao futuro e perspectivas de melhoria vai de conformista a pessimista e que seus comportamentos financeiros corroboram com as estatísticas de endividamento no Brasil, além de identificar que a criação e senso comum tem grande influência em seu modelo mental. Foi identificado também compreensão limitada sobre conceitos como compra parcelada, cheque especial e cálculos de soma total das compras. Concluiu-se que os indivíduos estudados possuem baixa alfabetização financeira. A última etapa do trabalho propõe sugestão de projetos e/ou iniciativas voltadas para elucidação de alguns conceitos, como o uso de calculadora para o dia-a-dia, a importância de manter-se adimplente e com cadastro positivo na praça, esclarecimentos sobre títulos de capitalização e parcerias com instituições que fomentem o empreendedorismo.

Palavras-chave: Finanças Pessoais, Alfabetização Financeira, Baixa Renda, Grupo Focal.

Financial Literacy: an analysis of low-income families through focus groups

Abstract: The present study aimed to analyze the reality of low-income individuals when it comes to Financial Literacy. Constructs of financial knowledge, financial attitude and financial behavior linked to the low-income public have been worked. The practical part of the study was conducted through a focus group with eleven respondents over eighteen years old, belonging to economical classes C, D or E, with gross family income of up to R\$ 3,085.00. The collected evidences showed that individuals' level of financial knowledge is low, that their attitude towards the future and prospects for improvement goes from conformist to pessimistic, and that their financial behaviors corroborate to the indebtedness statistics in Brazil. Also, the way of rearing and common sense has

a great influence on their mental model. Limited understanding of concepts such as installment purchase, overdraft and total sum calculations was also identified. It was concluded that the individuals studied have low financial literacy. The last stage of this work proposes suggestions for initiatives who aim to elucidate some concepts, such as the use of a calculator day-to-day, the importance of keeping positive debts and good historic with financial institutions, clarification of capitalization bonds and partnerships with institutions that provide entrepreneurship encouragement.

Keywords: Personal Finances. Financial Literacy. Low Income. Focus Group.

1. Introdução

A realidade econômica do cidadão brasileiro de hoje é a de uma geração pós período inflacionário, onde o cotidiano apresenta-se repleto de ofertas de consumo e informações sobre aquisição de crédito são veiculadas com frequência. Nesse contexto de incipiência e quase que despreparo para o mundo capitalista, a imersão dos indivíduos no processo de alfabetização financeira se torna essencial para auxiliar no crescimento econômico do país de maneira sustentável.

Atualmente, as diferenças entre os termos educação e alfabetização financeira são tênues e esclarecidas por poucos autores. Em pesquisas bibliográficas, são encontradas várias menções ao tema de diferentes formas, com diferentes conotações. Em alguns casos, ocorre desses termos serem considerados sinônimos. Para o presente trabalho, considera-se a proposta de Huston (2010) de que a alfabetização financeira é um conceito mais amplo que a educação em si. A educação financeira pode ser compreendida como um termo voltado especificamente ao conhecimento financeiro que o indivíduo possui, enquanto o termo alfabetização financeira é interpretado como um conceito mais amplo, atrelando variáveis como conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (Potrich, 2014).

Assim, a abordagem deste trabalho não volta-se apenas para ensino e conhecimento financeiro, mas para identificar como os indivíduos estudados interagem com o dinheiro. Considera-se que avaliar e mensurar o nível de conhecimento e compreensão do indivíduo sobre as finanças é parte fundamental no processo de identificação e análise dos aspectos que precisam de atenção e melhorias.

Essa realidade traz preocupação para o desenvolvimento sustentável da sociedade, em especial para o público de baixa renda, que em muitos casos depende de assistência de terceiros e políticas públicas para complementar o sustento de suas famílias. Atkinson e Messy (2012) identificaram a existência de associação entre os baixos níveis de renda e os baixos níveis de alfabetização financeira, por normalmente este público ter menos acesso à educação em geral. A afirmação é ratificada na pesquisa quantitativa amostral de Campara e Vieira (2016), onde percebeu-se que o público de baixa renda detém uma carência de conhecimento financeiro, além de demonstrar insegurança para refletir e responder questões sobre o tema. Nesse mesmo estudo, concluem que essa carência e insegurança podem desencadear uma gestão dos recursos financeiros menos eficiente (Campara; Vieira, 2016).

Com as premissas acima em mente, o presente trabalho procura focar na relação entre a alfabetização financeira e o contexto atual vivido por indivíduos de baixa renda. Para o enquadramento desses indivíduos, levou-se em consideração a estimativa de renda domiciliar mensal da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) para os estratos socioeconômicos C, D e E. De acordo com o último censo realizado em 2010, 24,6% da população florianopolitana possuía rendimento mensal per capita inferior a meio salário mínimo (IBGE, 2019a) - ou seja, classificada como baixa renda. Este é o público alvo deste trabalho, cujo foco é uma análise do lado menos favorecido da capital, que vive em comunidades carentes e que estão cadastrados em programas de assistência social, apesar de situados em um estado rico em comparação aos demais.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a realidade de indivíduos de baixa renda de Florianópolis em relação à alfabetização financeira. Sabe-se que a alfabetização financeira é um tema contemporâneo e emergente, tendo em vista a afirmação de Messy e Monticone (2016) de que a mesma se apresenta como competência crítica no século 21.

2 Fundamentação teórica

2.1 Alfabetização e Educação Financeira

O conceito de alfabetização financeira é recente e os estudos ainda carecem de uma definição clara e unânime entre os autores. Poucos autores buscaram analisar profundamente este termo a fim de diferenciá-lo do termo educação financeira, como têm se a seguir. Remund (2010) revisou

diversos autores do tema, e destacou que as definições de alfabetização financeira relacionam-se, principalmente, com o conhecimento dos conceitos relacionados a finanças; com a habilidade de utilizar este conhecimento e falar sobre suas finanças pessoais, a capacidade de tomar decisões financeiras apropriadas para a sua situação e ainda com a confiança do indivíduo em planejar-se financeiramente para o futuro. Apesar de serem conceitos semelhantes, há autores que justificam que educação e alfabetização financeira são conceitualmente diferentes e afirmam que, ao serem utilizados como sinônimos, podem gerar uma compreensão limitada de toda a dimensão da alfabetização financeira. Assim, um novo entendimento entre os termos educação e alfabetização financeira foi proposto pelos autores Remund (2010) e Huston (2010).

Em seu artigo, Huston (2010) apresenta duas dimensões para a educação financeira: o tradicional, cujo termo remete ao conhecimento e educação, com conceitos de produtos e termos técnicos, e uma nova dimensão, mais comportamental, que pode-se traduzir como alfabetização financeira. Essa dimensão fala de aplicação, do nível em que um indivíduo realmente faz uso de seus conhecimentos financeiros, assim como o grau de habilidade e confiança no processo decisório para usá-los. Segundo a autora, alfabetização financeira, então, poderia ser definida como a medida em que um indivíduo consegue entender e utilizar conhecimento e informações financeiras para seu bem-estar (Huston, 2010).

A partir dessa definição, alguns autores como Atkinson e Messy (2012) passam a trazer juntos os termos conhecimento, comportamento e atitude financeira em artigos sobre desenvolvimento populacional e medição da alfabetização financeira. Em um estudo sobre planejadores financeiros, Robb *et al.* (2012) afirmam que um indivíduo educado financeiramente possui conhecimento financeiro, autoconfiança, e satisfação com suas decisões financeiras.

Potrich (2014) fala em seu problema de pesquisa de doutorado sobre a dificuldade de trabalhar com essa temática, tendo em vista que muitos autores tratam a alfabetização financeira e a educação financeira como sinônimos. No entanto, a afirmação de que a relação de um indivíduo com o dinheiro vai além do conhecimento financeiro foi aceita e atualmente é encontrada em órgãos de grande relevância. O OECD, mundialmente reconhecido como órgão de desenvolvimento humano, possui um setor de finanças e produz relatórios e artigos sobre alfabetização financeira. Em seu relatório *Report International Survey of Adult Financial Literacy* (OECD, 2023), a atitude, o conhecimento e o comportamento financeiro são as métricas usadas para medir o nível de alfabetização.

Conclui-se então a relevância em buscar informações acerca do nível de compreensão e conhecimento em educação financeira, mas também em avaliar toda a cadeia de entradas envolvidas no processo de alfabetização do indivíduo. A alfabetização financeira ganha força pela amplitude de seu alcance, que prevê educar e orientar o indivíduo para aplicar seus conhecimentos, levando em consideração sua origem e contexto de desenvolvimento, permitindo-o se preparar para o futuro, ao mesmo tempo que gere suas finanças pessoais de maneira competente.

2.2 Baixa renda

No Brasil não existe uma definição ou classificação única de "baixa renda". De modo geral, as classificações estão pautadas economicamente, através do número de salários mínimos. Atualmente o salário mínimo no Brasil está definido em R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais). Além disso, considera como classificação que família de baixa renda é "aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo" ou "que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos" (Decreto no 6.135, Art. 4o, 2007).

Assim, torna-se necessário entender a estimativa de renda domiciliar mensal para os estratos socioeconômicos (classes econômicas), obtidas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2024) realizada pelo IBGE em 2024. A renda média domiciliar mensal da classe A é R\$ 26.811,68; da classe B1 é R\$ 12.683,34; B2 está em R\$ 7.017,64; C1 em R\$ 3.980,38; da classe C2 é R\$ 2.403,04; e, por fim, a renda média da classe DE é de R\$ 1.087,77. Verifica-se assim que, se unir a classificação de baixa renda do CadÚnico com os dados apresentados pelo ABEP, o público de pesquisa deste trabalho (baixa renda) seriam famílias que encontram-se entre as classes C, D e E. No entanto, essa análise ainda é abrangente e desconsidera diversos fatores sociais. Em 2023, de acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Agência De Notícias - IBGE, 2024), o rendimento médio mensal per capita dos trabalhadores no Brasil foi de R\$1.848,00.

Com isso, conclui-se que além de estarem concentradas nas classes de baixa renda, é possível que algumas famílias se encontrem em um nível ainda mais baixo, de vulnerabilidade extrema e

distante do limiar estipulado nas classes sociais. Assim, uma vez inserida a classificação de baixa renda e o contexto a ser analisado, busca-se avançar na relação existente entre indivíduos de baixa renda e a alfabetização financeira.

2.3 Relação entre a alfabetização financeira e a baixa renda

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, o analfabetismo financeiro pode acarretar decisões inadequadas em relação a consumo, investimentos e aposentadorias. De acordo com Lusardi e Mitchell (2011) esses fatores são ainda mais preocupantes quando consideradas as pessoas com baixa renda e menor nível de escolaridade, pois estas estão mais propensas a tomar más decisões financeiras. Essas consequências devem ser foco de atenção da sociedade. Ao pensar em sustentabilidade, a necessidade de gerar inclusão dos indivíduos e desenvolvimento da população através de estabilidade financeira, proteção ao consumidor e educação financeira é de conhecimento geral (Atkinson; Messy, 2013).

A potencialização de grupos socialmente vulneráveis gera crescimento e inclusão financeira, e está relacionada ao desenvolvimento sustentável do todo (Massaro, 2015). Em pesquisa realizada no estado do Rio Grande do Sul, Potrich (2014) verificou que aqueles que afirmam não possuir renda apresentam a pior média em relação a atitudes financeiras, enquanto os que possuíam renda mensal própria entre R\$ 2.100,01 e R\$ 3.500,00 apresentam as melhores médias (Potrich, 2014). De acordo com a pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Akatu para analisar a consciência e o comportamento financeiro dos consumidores brasileiros, identificou-se que o segmento de consumidores menos conscientes ou indiferentes quanto às práticas de consumo consciente encontram-se entre as classes C, D e E. O instituto Akatu é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente (Instituto Akatu, 2018).

Quanto ao nível de endividamento, é uma questão problemática para a baixa renda, que por vezes depende do crédito para consumir. Uma pesquisa realizada sobre débito e nível de endividamento com americanos confirmou que pessoas com menor nível de conhecimento sobre assuntos como empréstimo e crédito tendem a realizar transações e operações com maior prejuízo financeiro, devido a taxas e altas parcelas (Lusardi; Tufano, 2015).

De acordo com o último relatório publicado pelo SPC Brasil e CNDL, que apresenta os resultados das entrevistas realizadas com ex-inadimplentes em março de 2019, 28% dos entrevistados apontaram que a inadimplência ocorreu devido a dívidas com cartão de crédito (Visa, Mastercard, Elo, etc.), e 8% a dívidas com crediário. Esses percentuais sobem para 38% e 25%, respectivamente, se considerados apenas os entrevistados de classes C, D e E (SPC Brasil, 2019a).

Indicando, portanto, que este público possui menos habilidades e controle ao utilizar métodos de pagamento com crédito. Já em relação a planejamento futuro, a pesquisa do Instituto Akatu identificou que nas classes C, D e E o que as pessoas mais almejam consumir é o carro próprio, enquanto nas classes A e B os entrevistados optaram por respostas relacionadas a um estilo de vida mais saudável e sustentável (Instituto Akatu, 2018). Ao pesquisar sobre poupança e as economias que os indivíduos realizam, Potrich (2014) identificou comportamentos financeiros a desenvolver em sua pesquisa, onde 55% dos entrevistados afirmam que nunca ou quase nunca possuem uma reserva financeira e somente 14% confirmaram possuir dinheiro aplicado em mais de um tipo de investimento. Esse é um dado relevante para a pesquisa, ainda que os dados não se refiram especificamente a baixa renda, pois foram colhidos sem restrição de classe econômica.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada e descritiva. Com relação a coleta de dados, a pesquisa utilizou-se de dados primários que foram obtidos utilizando o método de levantamento. Este método caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2002). Além disso, é uma pesquisa qualitativa, proporcionando visão com maior profundidade e compreensão do cenário do problema.

A população a ser estudada são as famílias de baixa renda da região de Florianópolis/SC. Uma vez que a pesquisa é qualitativa, a amostra definida para a presente pesquisa foi não probabilística, devendo atender critérios definidos com o objetivo de potencializar a produtividade do contato com os entrevistados, o que faz dela uma amostra de escolha intencional.

Uma vez definida a dinâmica de escolha dos sujeitos de pesquisa, o foco passa a ser no instrumento que tornará viável a estratégia do estudo de caso. Dentro do estudo de caso, identifica-

se grande participação da observação (Gil, 2002) e o instrumento a viabilizar o momento de observação foi o grupo focal, definido como uma entrevista realizada com um pequeno grupo de entrevistados, de forma natural e não estruturada, realizada por um moderador que possua conhecimentos sobre os objetivos da pesquisa. O roteiro semiestruturado foi elaborado a partir da pesquisa de Potrich, Vieira e Kirch (2016). O conteúdo das questões da pesquisa foi utilizado como base, porém o roteiro foi adaptado para trazer maior naturalidade e espaço para profundidade nas respostas dos indivíduos participantes do grupo. Durante a realização do grupo focal houve a gravação do áudio, e posteriormente foi feita a transcrição das informações, que auxiliou na análise das respostas e, ainda, na utilização de trechos específicos na elaboração do trabalho.

O encontro do grupo foi realizado nas imediações da OSC Lar Fabiano de Cristo, local acordado com os convidados e próximo às suas residências. Para a realização do grupo foram convidadas onze pessoas, e foram estabelecidos requisitos para tornar os convidados homogêneos e condizentes com o público-alvo, sendo estes: ter mais de 18 anos; ter renda familiar mensal de até R\$ 3.085,00; residir na Grande Florianópolis; e pertencer às Classes Econômicas C, D ou E.

Após a aplicação da pesquisa, tem-se, por fim, a análise de dados coletados. Nesta etapa organizam-se os dados de modo que estes possibilitem encontrar as respostas ao problema de pesquisa. Ainda assim, observam-se três etapas que podem auxiliar o pesquisador na análise de dados qualitativas: redução, apresentação e conclusão. A redução consiste em selecionar e simplificar os dados, codificando-os de acordo com os temas definidos nos objetivos da pesquisa. A apresentação consiste em organizar, sistematicamente, os dados já selecionados e codificados. Já a conclusão, ou verificação, requer a revisão dos dados quantas vezes forem necessárias, buscando identificar significados, regularidades, padrões e explicações para estes (Gil, 2008).

4. Apresentação e análise dos dados

O grupo focal desta pesquisa contou com a presença de onze participantes, dentro dos requisitos pré-estabelecidos de idade (maior de dezoito anos), de renda (até R\$ 3.085,48 por família) e de endereço habitacional (Florianópolis). De forma a respeitar a privacidade e dados de cada um, os participantes do grupo focal foram identificados com letras do alfabeto, das letras A a K.

Antes de iniciar as análises é importante conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, de modo a auxiliar e possibilitar correlações futuras. Logo, observa-se que o grupo é composto majoritariamente por pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, e que sete dos onze entrevistados (64% dos participantes) pertencem ao público de terceira idade. Em relação à renda familiar, observa-se que a maioria dos participantes (64%) apresenta uma renda mensal familiar inferior a R\$ 1.700,00, enquadrados. Desta forma, nos estratos socioeconômicos D e E – de acordo com o Critério de Classificação Econômica da ABEP. Em relação a renda mensal domiciliar per capita do grupo analisado, a mesma apresenta-se, em geral, superior ao resultado da pesquisa IBGE realizada no ano de 2023 em todo o estado, com destaque para uma família (Sujeito H) que possui como renda familiar de um salário-mínimo dividido em quatro pessoas, totalizando uma renda per capita de R\$ 353,00. Na pesquisa a renda média mensal domiciliar per capita foi de R\$2.269,00 (IBGE, 2024).

Após conhecer o perfil dos participantes do grupo focal, buscou-se entender a relação deles com os três construtos que compõem a alfabetização financeira: conhecimento, atitude e comportamento financeiros.

4.1 Conhecimento financeiro

O conhecimento financeiro é um dos três pilares da alfabetização financeira, fundamental para o processo de formação cognitiva e construção do senso crítico no dia-a-dia. A maior parte do grupo demonstrou pouco ou nenhum conhecimento sobre matemática básica e menos ainda sobre finanças. Por outro lado, fica claro que valorizam e têm interesse em estudar ou voltar aos estudos, ainda que tenham sido interrompidos:

Mas é bom né, pra pessoa não ficar parada, sempre tem que tá se movimentando, fazendo alguma coisa. (Participante A)

Faz, o estudo faz falta pra gente [...] eu estudei só até o primeiro ano e nem tudo ainda, eu era a mais velha da casa, tinha que cuidar dos filhos da minha mãe [...]

Não sabia nem fazer meu nome, fui saber depois de adulta (Participante H)

Apesar da vontade de estudar, apenas três participantes foram além do ensino fundamental, sendo que dois estão cursando além do nível médio atualmente (D e F). Já com relação a saber fazer contas e utilizar deste conhecimento antes de realizar uma compra, a tecnologia aparece como

salvadora. Ainda assim, existe dificuldade quando as contas envolvem números decimais. Alguns participantes, porém, afirmaram não saber usar meios tecnológicos (Participante E), e tentam fazer os cálculos sem uso de instrumentos (Participante G).

A dificuldade se mostrou ainda maior com relação às compras parceladas, para somar o valor total a ser pago. Os participantes se mostraram desconfortáveis. Duas das entrevistadas afirmaram não olhar o valor integral na hora da compra, olhando apenas para o valor da parcela. A partir dessas informações, levanta-se a possibilidade de que as famílias e indivíduos de baixa renda comprometem o orçamento sem saber o impacto que isso trará a curto e médio prazo. A impressão que fica é que muitos não são capazes de avaliar o montante total. Não obstante, foi visto também que pessoas com menor nível de conhecimento sobre assuntos de crédito tendem a realizar operações com maior prejuízo financeiro, devido a taxas e altas parcelas (Lusardi; Tufano, 2015). Ainda assim, alguns participantes, mesmo com pouco conhecimento, demonstram alguma percepção de que compras parceladas podem não ser a melhor opção. Quando provocados quanto ao tamanho da parcela (pequena) comparada ao montante total (maior), responderam rápido:

Só parece que é pequena... Só parece! (Participante H)

Não, mas olha, isso é pegadinha porque os tributos que tem, né? [...] Vem tudo escondido nas parcelas. (Participante B)

Ficam claras as evidências do conhecimento tácito, vivido e não ensinado. Nesse sentido, foi possível perceber outros aprendizados familiares que são citados como exemplo de conhecimento adquirido, como na fala da entrevistada F sobre um hábito aprendido com a mãe:

Uma coisa que a minha mãe sempre fez assim com a gente: quando ela ia comprar um calçado, uma roupa, ela nunca levou a gente junto, ficava em casa. A minha filha, nunca fiz isso, eu faço exatamente o que minha mãe fazia. (Participante F)

A relação entre a parte de conhecimento gerado informalmente via relações sociais foi apontado ainda na fundamentação teórica, onde verificou-se que conhecimento financeiro é associado a toda experiência do indivíduo, desde dificuldades com matemática, as relações com sua comunidade e ambiente social (HUSTON, 2010). Durante o grupo focal, a importância de falar sobre limites em casa também foi citada como forma de ensino:

Mas aí tem que começar de casa “a mãe não tem condição de comprar tal coisa que você quer”, tem que ser assim. No meu tempo era assim. (Participante G)

Por fim, os participantes foram questionados quanto aos seus conhecimentos de educação financeira. De modo geral, os participantes não demonstraram reconhecer o termo, e houve silêncio após a pergunta. Em nova tentativa, perguntou-se se os participantes gostariam de aprender mais sobre como cuidar do próprio dinheiro, dessa vez, apenas duas respostas foram afirmativas. Percebeu-se insegurança em responder algo que aparentaram não conhecer. A última pergunta do pilar do conhecimento trouxe um pouco mais de movimento e reações, a questão foi: o que o grupo gostaria de aprender, com relação ao dinheiro. As únicas respostas vêm na forma de brincadeira ou negativa:

Eu queria aprender como sobrar dinheiro no fim do mês. (Participante H)

Ah, eu já sei o que eu vou gastar. Já sei o preço do metro quadrado. (Participante D)

É nítido que não se conhece teoria ou área de educação financeira. A falta de conhecimento formal impacta também no desenvolvimento ou planejamento além. Não identificar a oportunidade do estudo pode trazer limitação ou uma noção de futuro conformista. Considerando o exposto na fundamentação teórica sobre inter-relação entre conhecimento, atitude e comportamento, é fundamental entender como a limitação na parte do conhecimento afeta a percepção que o público possui sobre sua vida e suas escolhas.

A etapa de perceber e sentir é uma das essências da alfabetização financeira: na revisão de literatura, Robb *et al.* (2012) afirmam que um indivíduo educado financeiramente possui autoconfiança e satisfação com suas decisões financeiras. O próximo tópico apresentará o segundo pilar da alfabetização financeira, contando-se com o respaldo das informações já levantadas na parte de conhecimento.

4.2 Atitude financeira

O segundo pilar da alfabetização financeira é a atitude financeira. Como visto na literatura, a atitude pode ser avaliada através de como o indivíduo se sente em relação ao seu futuro, com sua capacidade de fazer escolhas que tragam bem-estar para o dia a dia e com o cumprimento de suas obrigações financeiras (SPC BRASIL, 2019a).

No grupo focal, a primeira pergunta sobre atitude foi em relação ao momento presente, a estar ou não satisfeito com sua vida financeira atualmente. Seis dos onze entrevistados são aposentados, e sua renda é de um salário mínimo por mês (R\$ 998,00). De modo geral, esses participantes estavam de braços cruzados e balançaram a cabeça negativamente sobre estarem satisfeitos com a vida financeira. Quando questionados se sentem que sua renda é suficiente para cobrir as despesas do mês, algumas justificativas foram levantadas para a negativa:

Quase mil reais [...] A luz é minha é de cima, 150 eu tenho que dar, água são 190; 600 é aluguel. (Participante J)

É, na verdade é bem pouco dinheiro mesmo. Quando o cara tem que pagar aluguel, água, luz... (Participante D)

A justificativa acima traz algumas reflexões, uma vez que os gastos retratados com moradia ocupam cerca de 70% da renda de alguns indivíduos do grupo. Pensando em necessidades básicas, tem-se alimentação, moradia, segurança e saúde. Como visto na literatura com Campara e Vieira (2016), em média 80% do público de baixa renda possuía carnê de crediário em lojas de alimentação ou bens duráveis para casa. O endividamento através do parcelamento de pequenas contas de alimentação e moradia se mostra mais provável nesse cenário, onde o indivíduo possui menos de R\$ 300,00 (trezentos reais) para passar o mês. Existe um agravante, ainda, se considerarmos a parte de gastos com saúde. Especificamente quando o governo não subsidia remédios, ou não é possível aguardar para realizar procedimentos pela rede pública. Percebe-se assim, que se as necessidades básicas não forem atendidas, a conclusão é de que os entrevistados não possuem renda necessária para sobreviver. Também, a partir das respostas colocadas, nota-se que os participantes não estão satisfeitos com sua renda atual. Com essas impressões, fica a questão de que tipo de atitude e modelo mental surge a partir desse contexto. Com relação a atitude financeira em um cotidiano de sobrevivência financeira, seria possível pensar em guardar uma parte da renda para o amanhã (futuro)? As respostas dos participantes vêm com risos:

Mas se não sobra, como é que vai guardar pra amanhã? [risos] Até que tá no aluguel, acho que não. Só se um dia aparece um fio de Deus pra me ajuda, daí sim, porque se não... (Participante G)

Percebeu-se teor religioso e esperançoso nas respostas das participantes. Viu-se, também, que pelo menos duas das entrevistadas considera títulos de capitalização um investimento para um amanhã melhor. Alguns dos participantes assentiram em concordância a atitudes como essa, no entanto outros tomaram para si a responsabilidade de pelo menos buscar guardar dinheiro. Ainda assim, as respostas não estão necessariamente atreladas à perspectiva de guardar dinheiro a longo prazo, mas mais direcionadas para algum tipo de desejo de compra ou realização de objetivo. Para o grupo estudado, em casos de imprevistos do futuro conta-se com empréstimos e rede de saúde:

Mas daí pega emprestado, no outro mês tem que pagar a mesma coisa, daí também não resolve. (Participante H)

Passa no posto de saúde, pow (Participante D)

Estimular os participantes a pensar no futuro quando o agora é tão desafiador não fez sentido para os participantes. Transparecem compreensão quanto a guardar dinheiro para concretizar objetivos, mas não existe atitude voltada para preparação de longo prazo, por exemplo. Essa realidade e modelo mental parecem estar diretamente relacionadas às estatísticas encontradas na literatura, onde apenas 10% da população se considera preparada para lidar com imprevistos financeiros (SPC BRASIL, 2019a) e menos de 11% da população brasileira respondente guardou dinheiro para o período de velhice (WBG, 2018).

Levando em consideração esse tipo de atitude para com o futuro, questionou-se aos participantes sua percepção sobre o dinheiro. A primeira questão foi se consideravam mais importante gastar o dinheiro no momento presente ou poupar para depois:

Fica guardado até quando chega visita né, aí compra uma coisinha diferente. (Participante I)

Novamente, fica claro que a maior parte dos participantes prioriza o momento presente, com sentimentos imediatistas de consumo. Essa preferência, no entanto, parece atrelada com falas anteriormente citadas, onde não existe perspectiva de uma situação melhor, ou certeza de que não existe margem no orçamento para guardar algum valor. Além disso, a fala do entrevistado D deixa claro uma das clássicas falácias sobre educação financeira, de que só vale a pena poupar quando se tem muito dinheiro. Com relação ao planejamento e perspectivas para o futuro, foi visto na teoria que o Instituto Akatu identificou nas classes C, D e E que as pessoas mais almejam adquirir é o carro próprio (Instituto Akatu, 2018). No grupo focal, de fato falou-se sobre esse tipo de perspectiva ou planejamento. Entretanto, quando questionados sobre possuir sonhos e objetivos futuros, o foco se voltou primeiramente para realização de viagens. Existiu empolgação e sorrisos ao relatar os sonhos da viagem e muitos participantes começaram a falar de suas famílias ao mesmo tempo. Como será visto na parte de comportamento, com exceção da Participante F (única com ensino superior em andamento), apenas os entrevistados com objetivos (viajar ou dar manutenção em seu imóvel) têm o hábito, ou ao menos a intenção, de guardar dinheiro. Quando questionados sobre o que fariam se ganhassem mais dinheiro, ou uma renda que não estavam esperando, o aluguel aparece novamente como uma dor dos entrevistados:

Mas tá pagando uma coisa que é teu, né... Não é aluguel... é um dinheiro que tu paga e que é da gente, é ótimo. (Participante J)

Percebe-se, até então, forte conexão entre conhecimento informal (aprendido em casa), pouco conhecimento financeiro e atitude conformista por falta de esperanças de um futuro melhor. Os desejos de curto e longo prazo estão presentes, mas para poucos participantes o sonho se transforma em objetivo.

Fica claro que o nível de renda afeta diretamente no modo de pensar e planejar o dia a dia. A literatura reitera essa percepção, uma vez que Potrich (2014) verificou em pesquisa que aqueles que afirmam não possuir renda apresentam as piores atitudes financeiras. Esses fatores, em conjunto, resultam no comportamento de um indivíduo. O comportamento exemplifica o modelo mental gerado a partir de conhecimento e atitudes financeiras.

4.3 Comportamento financeiro

O comportamento financeiro é o terceiro e último pilar da alfabetização, e o mais denso. Como exposto na fundamentação teórica deste trabalho, pessoas com baixa renda e menor nível de escolaridade podem ser mais propensas a tomar más decisões financeiras (Lusardi; Mitchell, 2011). Nesta etapa do grupo focal, foram realizados questionamentos relacionados a diversas decisões financeiras, buscando validar ou não o que foi visto em literatura acerca da parte do processo decisório.

Inicialmente, questionou-se aos participantes qual o processo após receber sua renda mensal. Se sabem onde gastam mais ou se monitoram de alguma forma, chamou atenção que os participantes que continuaram os estudos após a conclusão do ensino médio trouxeram exemplos, como rotinas claras e conscientes. Acenos positivos com a cabeça foram frequentes durante as falas da Participante F, por exemplo, ou do Participante D. No entanto, pelo teor das demais falas durante o grupo focal, esses acenos possivelmente foram de aprovação, não de concordância. Existiu certo clima de admiração dos demais ao ouvir a fala dos dois participantes. Estes falavam com maior confiança e senso crítico sobre sua própria situação.

Quanto ao hábito de controle de contas e consciência de para onde vai o dinheiro, não existe controle formal. Os participantes demonstraram o mesmo nível de controle, apenas uma noção dos maiores gastos para categorias que exigem maior valor. Como falado na parte de atitude, as Participantes G e E gastam em torno de 70% da renda com aluguel. Outros participantes também apontaram aluguel ou parcela do imóvel como a grande despesa. De modo geral, para aqueles que dividem ou não têm esse gasto, a alimentação e medicamentos aparecem como as categorias mais lembradas.

Não, eu controlo, mas é que aquele resto que sobrou ali eu vou controlando as coisas que eu vou comprando em casa, pra mim, arroz, feijão, carne, né, enfim, é só comida. (Participante D)

É mais com a despesa da casa né, moro com meu filho. Embora ele também ganha pouco, ele paga o aluguel e eu ajudo na despesa da casa, rancho (Participante J)

Ainda no contexto de entradas e rendas, foi questionado o que os participantes faziam após sua renda mensal acabar. Durante a entrevista mencionaram algumas vezes suporte da assistência social com itens como Bolsa Família e cestas básicas, e durante as questões de atitude trouxeram a opção do empréstimo. Como a maior parte do grupo é formada de aposentados sem estudo formal, trouxeram a dificuldade de arrumar trabalhos com certo nível de estabilidade. Uma vez esclarecida a renda tradicional, questionou-se a respeito do empreendedorismo e da possibilidade de complementar a renda. Houveram respostas positivas de alguns participantes, sobre produzir, vender ou revender produtos:

Porque, como diz o outro, fazer faxina, não tenho mais condição (Participante J)

A Participante J, que mudou-se recentemente para Florianópolis, afirma que gostaria de continuar empreendendo como em sua cidade anterior, mas percebe que aqui a demanda é bem menor, o que impacta em sua qualidade de vida. Questionou-se sobre tentativas de economizar durante o mês, e se os participantes procuravam cultivar a prática de monitorar as contas para avaliar possíveis economias. Exemplos de comportamentos relacionados ao controle e às reservas financeiras foram apresentados, dessa vez mais informais:

É no caderno, tudo no caderno. Cada folha é um mês. [...] O meu não sobra, nunca sobra. (Participante G)

Da mesma forma que falar sobre atitudes de poupança a longo prazo deixou os participantes desconfortáveis, falar sobre economizar ainda mais no cenário restrito em que vivem lhes parece inconsistente. Tendo em vista as falas anteriores e o fato de que muitos gastam apenas com moradia e alimentação básicas, esse sentimento parece coerente. De todo modo, após nova rodada de questionamentos, alguns participantes afirmaram guardar pelo menos um pouco de sua renda. Quando questionados sobre a localização do dinheiro guardado, as respostas seguem um padrão. A realidade desses indivíduos, de viver apenas com o necessário e pouca ou nenhuma margem de imprevisto exige controle financeiro natural. É um contexto em que é desafiador não entrar em endividamento. O controle financeiro é facilmente corrompido conforme visto na fundamentação teórica, de acordo com o SPC Brasil e CNDL, verificou-se que 45% dos entrevistados das classes C, D e E indicaram a perda de controle dos gastos como principal motivo que os levou a inadimplência (SPC Brasil, 2019b).

Na fala dos participantes percebe-se que a maioria faz gestão superficial de suas despesas, até pelo baixo nível de conhecimento financeiro. Pensando nisso, o foco da entrevista seguiu para a gestão de orçamento com cartão de crédito, conhecida por ser uma ferramenta capaz de facilitar empréstimos ou descontrole financeiro. Segundo relatório de ex-inadimplentes do SPC, 38% dos entrevistados das categorias C, D e E apontaram que a inadimplência ocorreu devido a dívidas com cartão de crédito (SPC Brasil, 2019a).

Percebeu-se nos participantes do grupo de focal a insegurança e animosidade quanto ao uso do cartão de crédito. Alguns participantes demonstraram certo nível de consciência dos riscos e responsabilidades quanto ao pagamento com cartão de crédito:

Daí que nem diz "quando aperta usa o cartão", mas daí o cartão também tem que paga. (Participante H)

Ainda que em pesquisa do SPC indivíduos das categorias C, D, E tenham relatado cenário de descontrole ao utilizar cartão, apenas um relato de descontrole com cartão de crédito foi relatado:

Eu não lido mais com cartão. Eu fazia as compras sempre no Angeloni, e eles me deram esse cartão. Faz as compra, fiz as comprinha pra pagar, só que o que que acontece, as compra acaba e a dívida permanece. Eu me atrapalhei toda e atrasei as parcelas, aí entrei em acordo com eles, fiz um acordo com eles, depois tava pagando em 12 vezes, parcela de 158 reais, alguns anos atrás (Participante A)

A participante A mencionou ainda que, depois do episódio mencionado, não utiliza mais cartão. Angeloni, refere-se a Rede de Supermercados do Sul do Brasil.

Dinheiro é bom que pelo menos a gente não se atrapalha. [...] Tem vários lugares que eu vou e eles insistem no cartão, e eu digo não, [...] não quero mais saber de cartão. [...] Se tem dinheiro pra comprar eu compro, se não tem, não compro. (Participante A)

A consequência do descontrole sobre as despesas ou mesmo sobre o uso do cartão de crédito é, geralmente, a inadimplência.

Curiosamente, segundo os entrevistados a situação de inadimplência se deve por empréstimos e compras em crediários para terceiros, estes que talvez estivessem eles próprios com os nomes sujos. Conclui-se então que pelo menos quatro dos onze entrevistados possui pendências no SPC. Quando levantada a questão sobre verificar se uma possível nova dívida caberia no orçamento, as opiniões de forma geral foram positivas, voltadas para um modelo mental mais econômico. Interessante verificar que àqueles participantes que relataram alguma vivência negativa durante o grupo focal, se viram mais controlados atualmente.

Hoje eu consigo fazer isso! Antes eu não fazia... Eu penso assim, se tu não tem condição, não faz. Não dá um passo maior que a perna. Não tem como pagar.
(Participante F)

Como apresentado no capítulo sobre as atitudes financeiras, a participante B relatou o fato de comprar alimentos supérfluos e desnecessários no supermercado, sem antes refletir.

A facilidade no pagamento e nas parcelas em diferentes segmentos de negócio foi relatada como um outro possível obstáculo na hora de comprar conscientemente, conforme experiências do passado relatadas pelos entrevistados.

De modo geral, percebe-se que, devido ao orçamento bastante limitado, os indivíduos precisam naturalmente ter controle financeiro. Esse controle se dá ao evitar cartões de crédito e vias que facilitem empréstimos, além de ferramentas manuais para anotação de despesas. O grupo também possuía vários membros com situação de endividamento ativa, mas um perfil de economia e reflexão antes da compra. Buscam empreender quando possível, mas entendem que precisam sobreviver. É, portanto, imprescindível utilizar-se da literatura e de alguns elementos percebidos no grupo focal para propor sugestões e planos de atuação para indivíduos no contexto pesquisado.

5. Considerações finais

Viu-se que, de modo geral, a renda recebida por esses indivíduos é o mínimo necessário para pagar suas despesas, sendo em alguns momentos insuficiente. Os participantes apresentam noção básica dos maiores gastos, mas a maioria não realiza controle orçamentário detalhado. Em relação ao conhecimento e a dificuldade dos participantes em realizar contas ou mesmo utilizar calculadora, sugere-se a realização de um evento para explicar cálculos que podem ser utilizados no dia-a-dia. Sugere-se, ainda, um módulo para ensinar aos principiantes como utilizar a calculadora do celular para auxiliar em cálculos. A sugestão é ensinar os indivíduos a calcular o valor total e juros, trazendo exemplos de sua realidade. Com propostas assim, surge a possibilidade de gerar conhecimento para que consigam controlar os orçamentos de curto a médio prazo.

Observou-se que a maioria teve ou têm endividamentos e/ou nome comprometido no sistema de proteção ao crédito, decorrente de compra realizadas para terceiros. Desta forma, faz-se necessário demonstrar para os integrantes deste grupo a importância de não ter restrições de crédito, mostrando, por exemplo, um cenário de necessidade de realizar empréstimo para cobrir alguma despesa inesperada. Por estarem com restrição de crédito, os indivíduos talvez precisariam recorrer a outros métodos ou ainda a empréstimos informais, com juros maiores. Faz-se necessário apresentar também os perigos de comprar produtos para os outros, assumindo parcelas não previstas em seu orçamento e que dependem de terceiros para serem pagas.

Por fim, percebeu-se que os indivíduos do grupo pesquisado recorrem a auxílios governamentais e/ou de OSCs após sua renda acabar, e alguns tentam potencializar os ganhos com atividades empreendedoras, apesar do orçamento limitado. Considerando o cenário de inadimplência econômica e facilitação no parcelamento de compras diversas, é fundamental que o cenário atual de alfabetização financeira encontre espaço para evolução. O objetivo geral deste trabalho foi analisar a realidade de indivíduos de baixa renda de Florianópolis em relação à alfabetização financeira. Considera-se que este objetivo foi cumprido, abrangendo os cinco objetivos específicos definidos para nortear o estudo.

As dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro foram usadas como base de formatação da literatura e roteiro semiestruturado do grupo focal. A partir disso, foi possível compreender melhor a realidade dos indivíduos, identificando diversas similaridades entre teoria e grupo focal. Ao levantar elementos como aposentadoria, índice de endividamento e reserva de emergências, encontrou-se estatísticas alarmantes e diversas semelhanças com o grupo estudado.

A teoria apresentou-se bastante coerente em comparação ao encontrado nas respostas dos participantes do grupo focal, em especial a relação entre baixa renda e baixo nível de conhecimento financeiro. Especificamente sobre o tópico de conhecimento, percebeu-se baixo nível de estudo formal e significativa participação da família na formação do conhecimento informal. Tendo em vista essas percepções, identificamos um nível baixo de conhecimento financeiro, dando o objetivo específico como atendido.

O terceiro objetivo abrangeu pilar da atitude financeira. Nessa etapa visou-se analisar como estava a atitude financeira dos indivíduos. Os participantes se encontram em estado conformista, mas não estão felizes com sua situação. Não veem sentido ou possibilidade em guardar parte da renda, uma vez que se percebem como indivíduos que já abrem mão de muitas coisas. Tendo feito esta análise, considera-se também cumprido o terceiro objetivo do estudo.

O quarto objetivo faz referência ao comportamento financeiro, que é o último pilar da alfabetização financeira. Verificou-se em grupo focal que os indivíduos já tiveram experiências negativas com cartão de crédito. Guardam o dinheiro que possuem em casa, e esse dinheiro é pouco ou nada. O destino do dinheiro é para realizar objetivos a curto prazo, como viagens para visitar a família. Alguns realizam apostas e consideram como investimento colocar seu dinheiro em títulos de capitalização como Trimania.

O último objetivo deste trabalho foi propor melhorias para aumentar o nível de alfabetização financeira no público estudado. Dentre as sugestões levantou-se questões como repasse de conhecimento formal sobre juros e parcelas para auxiliar no dia-a-dia, esclarecimento sobre títulos de capitalização e encorajamento do empreendedorismo como alternativa de geração de renda.

O estudo realizado no presente trabalho foi qualitativo, de forma a dar voz para pessoas que normalmente não conseguiriam se expressar em um questionário ou em outros métodos quantitativos. São indivíduos semianalfabetos e repletos de conhecimento adquirido na vida, de experiências ricas e ensinamentos para passar àqueles com vontade de ajudar o mundo a melhorar. É, portanto, nosso dever enquanto acadêmicos de gestão sustentável e responsável por trabalhar para que a alfabetização financeira alcance todas as camadas da população. Desta maneira, entende-se que a principal contribuição deste estudo foi abrir um espaço de escuta consciente para que um grupo de indivíduos compartilhasse seu cotidiano, sem limites e julgamentos.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - IBGE. **Desemprego é o maior dos últimos sete anos em 13 capitais do país**. Publicação 22 fev. 2019. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23844-desemprego-e-o-maior-dos-ultimos-sete-anos-em-13-capitais-do-pais>. Acesso em: 02 jun. 2024

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - IBGE. **Massa de rendimentos e rendimento domiciliar per capita**. Publicação 28 fev. 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde>. Acesso em: 21 out. 2024

ASSAF NETO, A.; Lima, F. G. **Fundamentos de Administração Financeira**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA - ABEP. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/06/2019**. Disponível em: http://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2019.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, No. 15, OECD Publishing, Paris, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Promoting Financial Inclusion through Financial Education: OECD/INFE Evidence, Policies and Practice**. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, No. 34, OECD Publishing, Paris, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/5k3xz6m88smp-en>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. **Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm. Acesso em 09 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.961, de 01 de janeiro de 2019. **Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo**. Diário Oficial, Brasília, DF, 01 jan. 2019. Edição especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm. Acesso em 13 abr. 2024.

BRASIL. Receita Federal. **Cidadania Fiscal: Organização da Sociedade Civil**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>. Acesso em: 24 out. 2024.

CAMPARA, J.P.; VIEIRA, K. M. **Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida**. *Nova Economia; Belo Horizonte* Vol. 26, Edição. 3, (Sep/Dec 2016).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HUNG, A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. **Defining and measuring financial literacy**. 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/Sol3/Papers.Cfm?Abstract_Id=1498674. Acesso em 27 mai. 2019.

HUSTON, J. S. **Measuring Financial Literacy**. *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, No. 2, 2010.

INSTITUTO AKATU. Pesquisa Akatu 2018. **Panorama do consumo consciente no Brasil: Desafios, Barreira e Motivações**. Disponível em: https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/2018/11/pdf_versao_final_apresentacao_pesquisa.pdf. Acesso em 02 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Panorama por cidade - Florianópolis**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em 13 abr. 2019a.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

LUSARDI, A; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015.

MASSARO, A. **Como cuidar de suas finanças pessoais**: CFA (2015) / André Massaro. – Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município [Florianópolis]. Relatório gerado em 19/04/2019. Disponível em <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 26 mai. 2019.

OECD. **INFE report on adult financial literacy in G20 countries**. G20/OECD, 2017.

OECD Website - Página do órgão relacionada ao tema de educação financeira. Disponível em: http://www.oecd.org/daf/fin/financial_education/measuringfinancialliteracy.htm Acesso em: 15 de junho de 2019.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros**. 2014. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. 2016. Tese de Doutorado. Doutorado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v.13, n.2: 153- 170, Rio Grande do Sul, 2016.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 276- 295, 2010.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC Brasil. **Recuperação de crédito no Brasil**. Disponível em <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6120>. Acesso em 05 mai. 2019a.